

Pós-Graduação e Pesquisa como Instrumento de Política Universitária

Ivon Pittipaldi

A Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESQ, assumiu, através da implementação de ações pioneiras, papel e dimensão de um órgão de apoio efetivo aos Programas de Pós-Graduação e aos Grupos de Pesquisa e de Coordenadoria Plena da Política de Capacitação de docentes da Universidade.

A PROPESQ representou um importante agente responsável pela elaboração e execução de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico da UFPE, sedimentando as bases de seu atual desenvolvimento, como instituição de pesquisa e de formação de recursos humanos a nível de pós-graduação.

Suas ações de Planejamento e Gestão inseriram-se, de maneira geral, no estabelecimento de III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/1985), cujo principal objetivo era o de diminuir a dependência científica e tecnológica do nosso País, e, em particular, substituir as importações. À época, a conjuntura nacional e a situação de crise política por que passava o País, indicavam a necessidade de Planejamento na área, voltados para a construção integrada da Universidade, baseados em análises críticas de prioridades, na racionalização dos recursos a serem empregados e que tivessem, dentro do possível, participação e respaldo de parcela significativa da comunidade científica da Universidade. Neste particular, explicitou como prioridade na área de Pesquisa e Pós-Graduação, a valorização da atuação do pesquisador dentro da Universidade, pelo seu papel essencial na geração de novas idéias, pela sua presença criativa na solução de novos problemas e, notadamente, no seu fecundo desempenho na formação de novos recursos humanos. Aos poucos, a experiência confirmou o acerto da administração em envolver a comunidade na discussão de seus problemas. De início, com a participação de lideranças representativas da comunidade científica da UFPE; na

prática, a postura franca e clara de divulgar publicamente no meio acadêmico, os planos e prioridades de ação da PROPESQ, bem como seu posicionamento político-administrativo.

Esta postura administrativa fundou-se na convicção de que somente com a participação efetiva de seus docentes e pesquisadores a Universidade poderá elaborar um plano exequível de desenvolvimento, respeitando-se prioridades pré-estabelecidas e visando superar as dificuldades e vencer os desafios para atender às necessidades do futuro. Daí se seguiram diretrizes políticas básicas que permearam todas as ações que forma programadas; estabeleceu-se demandas de qualidade; teve-se como base a busca exigente de padrões de excelência a serem aplicados na avaliação crítica, tanto de propostas como do desempenho, dos programas de unidades departamentais.

Cuidado especial foi tomado para se eliminar o círculo vicioso, em que a auto-avaliação exclusiva, dentro dos horizontes restritos, poderia levar à endogenia e ao rápido amortecimento do potencial de excelência e crescimento acadêmico. A esta prática de avaliação e acompanhamento, sempre esteve presente a avaliação por julgamento de "mérito", elaborada "pelos pares" – universalmente aceita – que contou com a participação de especialistas nacionais e até mesmo internacionais, constituindo-se numa verdadeira ruptura radical da perniciosa prática de "clientelismo. Como consequência direta de tais ações, foi possível reverter tendências e executar mudanças estruturais em vários aspectos da vida acadêmica da UFPE, - alguns dos quais aqui considerados como principais, passaremos agora a expor através de análise de avaliação de índices concretos, alguns indicativos dos avanços alcançados.

Pesquisa

No tocante à pesquisa, observou-se, de início, que não se poderia dela falar como constituindo um subsistema à parte, integrada como ela deveria estar na Universidade com a geração e a transmissão do conhecimento, em particular e de forma predominante ao ensino de Pós-Graduação. Feita esta ressalva, entende-se que o desenvolvimento da pesquisa, na Universidade, é indispensável para o processo acadêmico de seus Departamentos. Desta

forma, estando eles em estágios heterogêneos desse processo, o desenvolvimento da pesquisa, no contexto geral da instituição, pressupõe a identificação dessas situações e seu tratamento diferenciado. Neste particular, ações específicas foram desenvolvidas, orientando e estimulando cada Departamento a estabelecer seu "Plano Diretor de Desenvolvimento", com vistas à consolidação de suas atividades acadêmicas em geral, ao longo de prazos pré-estabelecidos. Certamente, neste aspecto, ainda não satisfatoriamente disseminado na UFPE, como na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) do País, repousa o cerne de uma nova mentalidade de planejamento acadêmico, a ser institucionalmente implementada na IES. Uma vez identificado os principais pontos de carências, um conjunto de programas especiais foi acionado pela PROPESQ, destacando-se os programas: "fomento à pesquisa individual"; "assessoramento e apoio aos grupos emergentes"; "apoio à divulgação da pesquisa"; "intercâmbio científico" e o programa especial de descoberta de novos cientistas, através da concessão de bolsas institucionais de "Iniciação Científica", com valor mensal competitivo, com teto 10% superior ao valor das bolsas de mesma natureza oferecidas pelo CNPq;

Corpo docente

O quadro encontrado, referente ao perfil global de qualificação do corpo docente da Universidade, era adverso. O corpo docente da UFPE apresentava um universo constituído de 68,5% de professores portadores apenas dos títulos de graduação ou especialização/aperfeiçoamento. Constatou-se também que um tímido contingente de docentes (cerca de 8% do corpo docente) encontrava-se em treinamento a nível de Mestrado ou Doutorado e que desse conjunto, a sua grande maioria se encontrava em cursos de Mestrado na própria UFPE, caracterizando um indesejável grau de endogenia. Por outro lado, análise da distribuição de docentes por faixa etária e categoria funcional, revelava outro lado particularmente; dois-terços (2/3) dos Professores Assistentes encontravam-se na faixa etária superior aos trintas e cinco (35) anos, portanto, com idade média desfavorável ao início de programas de capacitação a nível de Mestrado e Doutorado. Diante de tal quadro

adverso uma série de medidas e de ações coordenadas pela PROPESQ, foram então acionadas. De início observou-se que, sendo prioritária a política de Capacitação Docente e estabelecidas diretrizes que privilegiassem determinados níveis de qualificação, com estes teria de ser compatível o sistema formal de incentivos funcionais da carreira de magistério. Desta forma, a partir de uma avaliação e análise crítica do processo de Progressão Vertical de Assistente IV para Adjunto I, então existente (advinda do Decreto nº 85.487 de dezembro de 1980 e disciplinada na UFPE pela Resolução nº 03/82 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE), foi proposto pelas Câmaras de Pesquisa e de Pós-Graduação e aprovado pelo CCEPE, um novo projeto que, após vários meses de discussão e análise com a comunidade, resultou na Resolução nº 06/85 do CCEPE que estabelece o atual “Modelo de Avaliação” para a aludida Progressão Vertical. Em paralelo, como o objetivo de aumentar o fluxo de docentes para capacitação em outros Centros, várias medidas foram adotadas. Entre elas destaca-se um programa agressivo de contratação de Professores Visitantes”, assegurando-se que, quando da saída dos docentes, não resultassem desguarnecidos encargos de atendimento indispensável. Outras medidas, foram implementadas visando o saneamento dos próprios programas de Mestrado da UFPE e objetivando diminuir o represamento de alunos-docentes que já deveriam ter concluído suas teses. Por fim, a Administração Superior da UFPE teve seu “Plano Institucional de Capacitação Docente” aprovado dentro do Programa MEC/BID-III, concedendo recursos financeiros da ordem de dois milhões para implementar uma cota de noventa (90) bolsas de estudo para Programas de Doutorado no exterior, através da CAPES. Tais diretrizes e ações se fizeram sentir, já ao fim do reitorado, ao cabo de quatro anos. O índice encontrado de 68,5% referente ao corpo docente com titulação de graduação e no máximo especialização/aperfeiçoamento, foi reduzido para 48,2%. Em adição, os percentuais de docentes portadores dos títulos de Mestre e Doutor, encontrados em novembro de 1983 passaram, respectivamente, de 19,7% para 33,0% e de 11,8% para 18,8%. Como consequência global de tais ações, o Índice de Qualificação do Corpo Docente da UFPE, estimado na época do início do reitorado pelo SESu, como sendo inferior a 200 (compatível com as

Universidades que ocupavam a vigésima (20ª) posição no quadro nacional, tipicamente a UFRN com índice de 173), passou para 250, colocando a UFPE em posição comparável com UFRJ e a Escola Paulista de Medicina que ocupavam na época, respectivamente, as nona (9ª) a décima (10ª) posições no quadro da IES autárquicas. Estes resultados indicam o acerto da política adotada, estimulando sua continuidade e representando ação pioneira que alinhar-se-ia às políticas de estímulo salarial adotada pelo Governo Central nos anos subseqüentes, privilegiando os títulos de Mestre e Doutor.

Pós-Graduação

Utilizando-se os dados do processo de avaliação da CAPES desde 1977, a PROPESQ elaborou um diagnóstico da situação encontrada em 1983, com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu, permitindo identificar, com maior precisão, os programas em que as deficiências e potencialidades eram mais acentuadas. De início, observou-se que o crescimento do número de cursos ocorrido durante a última década (tendo atingido em 1983 o número de 35 cursos de Mestrado e 02 de Doutorado), nem sempre foi associado à preocupação e preservação da qualidade. A evolução do perfil médio da totalidade dos cursos de Mestrado mostrou-se timidamente crescente em qualidade no período de 1977-1981, apresentando, a partir de então, um acentuado declínio, refletido na época num nível abaixo do conceito “C”. Constatou-se também que dos 37 programas, apenas 18 eram credenciados (ou recredenciados) pelo então Conselho Federal de Educação (CFE) e, ainda, que somente 24 deles estavam sendo apoiados pela CAPES através dos Programas de Apoio à Infra-Estrutura e de Consolidação. Com base nesses dados estabeleceu-se um conjunto de medidas de ajustes e melhoramentos, com vistas à reversão da tendência detectada, definindo-se prazos e prioridades, propondo-se ainda, como meta exequível, a elevação do perfil de qualidade a um nível previsto por simulação. Entre as medidas adotadas, destacam-se: o oferecimento por parte da Administração Superior de um intenso programa de intercâmbio com centros desenvolvidos, no país e no exterior, com participação efetiva de Professores Visitantes de curta, média e longa duração; estímulo e apoio financeiro, com a participação da

CAPES, para a formação de Bancas Examinadoras de defesa de Tese de Mestrado altamente qualificadas, sempre com a participação de pelo menos um especialista não pertencente aos quadros da UFPE. Por outro lado, medidas disciplinares foram também acionadas, entre elas, a criação do "Regime Probatório" para certos cursos com desempenho insatisfatório e a desativação de cursos considerados "críticos" (aqueles existentes na UFPE há vários anos com escassa potencialidade de recuperação a curto prazo ou com nítida vocação para curso de aperfeiçoamento/especialização lato sensu). Em paralelo, projetos de reestruturação de cursos também foram implementados com sucesso, contando com a participação efetiva de pesquisadores seniors e através de Comissões Especiais de Acompanhamento e Avaliação, designadas pelas Câmaras de Pesquisa e Pós-Graduação, ouvidas as coordenadorias dos cursos e a Direção dos Centros aos quais os cursos eram vinculados. Finalmente, como etapa conclusiva para a consolidação da política adotada de absorção e expansão do corpo docente, foi aberto e realizado Concurso Público, prioritariamente, a nível de Adjunto e, em casos especiais, a nível de Assistente. Diante de tais ações, verificou-se ao fim do reitorado uma clara reversão do quadro encontrado. Houve uma redução de 37 para 32 cursos, apresentando contudo, um perfil médio de qualidade compreendido entre os conceitos "C" e "B". Dentre os 32 cursos em pleno funcionamento, 24 agora eram credenciados ou recredenciados pelo CFE (e portanto, recomendado para o PICD), em contraste com os 18 entre 37 então existentes, quando do início da administração. Dentre os 32 cursos, 29 agora recebiam recursos institucionais da CAPES de apoio à Infra-estrutura ou de consolidação, em contraste com os 24 cursos no início da gestão.

Finalmente, o número de bolsistas de demanda social da CAPES e do CNPq, a nível de Mestrado e Doutorado, experimentou um aumento de 20%, passando a constituir-se um universo de 400 bolsas.

Residência médica

O programa de Residência Médica, apesar de ter atingido níveis de excelências quando funcionava no Hospital Pedro II, vivenciou uma forte crise institucional quando de sua transferência

para o Hospital das Clínicas, ocorrida na gestão do Reitor anterior. Desta forma, o reitorado que se iniciava em novembro de 1983, encontrava o programa de Residência Médica comum reduzidíssimo número de bolsas (41 mantidas pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM) e ainda, dentre os seus 24 programas, nenhum era credenciado pela CNRM. Ações prioritárias, envolvendo esforço conjunto entre a Comissão Local e a PROPESQ, foram de imediato estabelecidos junto à CNRM, objetivando o aprimoramento dos programas com vistas aos respectivos credenciamentos. Após árdua etapa de melhoramento das condições acadêmicas então existentes, concluiu-se o reitorado com uma Residência Médica em plena expansão, apresentando 17 programas credenciados pela CNRM e um total de 97 bolsas para Médicos Residentes, mantidos pelo MEC (81 bolsas) e pelo INAMPS (16 bolsas).

Estas considerações sintetizam um balanço das atividades de pesquisa e pós-graduação do reitorado do Prof. George Browne Rêgo, realizadas, dentro do quadro geral de possibilidades e limitações materiais e humanas que caracterizaram aquele momento da vida nacional.